

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2356296820190530175831

Processo 0806740-31.2019.8.23.0010 ☆ - (83 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 10441 - Acidente de Trânsito
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

31 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 31

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div>	31	30/05/2019 17:58:31	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/05/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	31.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2576425IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF	Público
		ALVES BARBOSA FILHO,	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
30	30/05/2019 17:27:54	(Pelo advogado/curador/defensor de MANOEL ACÁCIO SANTOS JUNIOR) em 30/05/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 26) JUNTADA DE LAUDO (24/05/2019) e ao evento de expedição seq. 27.	LILIANE RAQUEL DE MELO CERVEIRA Advogado
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
29	27/05/2019 11:12:04	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 27/05/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 26) JUNTADA DE LAUDO (24/05/2019) e ao evento de expedição seq. 28.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
28	24/05/2019 15:46:06	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/05/2019)	LUIZ EUGENIO BRAMBILA Analista Judiciário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
27	24/05/2019 15:46:06	Para advogados/curador/defensor de MANOEL ACÁCIO SANTOS JUNIOR com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/05/2019)	LUIZ EUGENIO BRAMBILA Analista Judiciário
<div>[+]</div>	26	24/05/2019 15:45:54	JUNTADA DE LAUDO
<div>[+]</div>	25	22/05/2019 12:05:23	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		DECORRIDO PRAZO DE PERITO MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA	
24	21/05/2019 00:10:11	(Para Perito MARILIA JULIANA MORENO COELHO BATISTA *Referente ao evento (seq. 7) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(13/04 /2019) e ao evento de expedição seq. 13.	SISTEMA CNJ
		DECORRIDO PRAZO DE MANOEL ACÁCIO SANTOS JUNIOR	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08067403120198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MANOEL ACACIO SANTOS JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve o pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Cumprе ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**. Logo, resta claro que **não há incapacidade permanente**.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 28 de maio de 2019.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR